

Educação para a Tolerância

1 - Educação para a Tolerância

* (José de Sousa Miguel Lopes)

“Os estudos sociológicos revelam-nos uma paisagem social nada estimulante para a convivência com as diferenças, ou dito de outro modo, com os diferentes etno-culturais. A realidade sociológica plural não se traduz necessariamente em atitudes e comportamentos de respeito às idéias e crenças do outro, do diferente. Apesar da eclosão das ONGs (Organizações Não Governamentais) que lutam pelo respeito à liberdade das idéias e das distintas manifestações de vida, pela integração das diferenças e o reconhecimento da dignidade “dos outros”; a par da realidade de uma sociedade que cada vez mais se vai configurando como um sistema plural em todos os sentidos não é, sem dúvida, difícil encontrar situações preocupantes na descrição do nosso quadro social: xenofobia, recusa das diferenças culturais e do diferente cultural, tendência à uniformidade a partir de uma visão homogeneizadora da cultura, crescente desenvolvimento de nacionalismos essencialistas que expulsam da comunidade “nacional” todos aqueles que não têm a mesma origem ou raça ou, simplesmente não compartilham as mesmas idéias políticas fundamentalistas. Dir-se-ia que o conflito e o enfrentamento entre os seres humanos decorrentes de convicções sobre o que elas entendem como bom e verdadeiro constitui, provavelmente, um componente imprescindível da história.”

(continua...)

(...) 4. Como educar para a Tolerância?

“Um dos objetivos prioritários da educação nos tempos que nos foram dado viver, marcados pelas diferenças culturais, étnicas religiosas, linguísticas, políticas, etc., é, sem dúvida, preparar para viver numa sociedade plural e complexa, submetida a profundas, inevitáveis e rápidas mudanças.

A educação para a tolerância é uma tarefa que parte do fato de que a nossa vida, tanto individual como coletiva, está perpassada por conflitos, exposta a diferença e condicionada por diferentes e legítimos modos de pensar e orientar a vida. Esta é uma realidade á qual a educação não pode se omitir.

Se o fizesse, seria o mesmo que renunciar ao seu objetivo fundamental: educar para a vida. Isto exige enfrentar os conflitos a partir de uma opção clara pelo diálogo, o consenso e o respeito pela dignidade do outro. Convém deixar que os conflitos aflorem, não os suprimindo, mas assumindo-os e integrando-os como ponto de partida no processo educativo. Os valores, como as atitudes, ensinam-se e aprendem-se a partir de sua prática. Isto significa que um ambiente autoritário na família, na sociedade ou na escola, o recurso à agressividade ou à violência, a rejeição de opiniões diferentes, impossibilita o exercício do diálogo como categoria privilegiada para a resolução de conflitos, incapacita a tomar atitudes tolerantes face às diferenças e aos diferentes e torna difícil a convivência entre indivíduos numa sociedade plural.

Concretamente, no sistema educacional, envolve mudanças profundas no modo de pensar a escola por parte do corpo docente, nas atitudes destes face à instituição escolar, nos conteúdos e estratégias de ensino e nas suas estruturas e dinâmicas de funcionamento. A educação na/para a tolerância inscreve-se necessariamente, num projeto de construção de uma sociedade democrática, na qual os indivíduos e grupos,

independentemente de suas diferenças, sejam tratados a partir de suas especificidades e diferenças, não somente a partir de seus elementos e valores comuns.

A educação para a tolerância implica, por outro lado, a aquisição de competências ou habilidades sociais que facilitem a comunicação e o diálogo, imaginar colocar-se no lugar do outro, assumir as diferenças como um fato normal numa sociedade complexa e diversa. Ser tolerante, respeitar as diferentes e legítimas manifestações dos outros é também objeto de aprendizagem, dado que não nascemos tolerantes, mas vamos nos tornando ou sendo tolerantes, não sem esforço, pela apropriação de valores ou cultura que faz do diálogo e do respeito aos outros um modo de vida. Isso nos obriga a introduzir nos processos educativos, como atividade fundamental, o diálogo interpessoal crítico e, progressivamente, impulsionar atitudes de colaboração entre os educandos, fazendo do diálogo e da cooperação recursos básicos de ensino.

É fácil observar nas propostas de educação para a tolerância uma tendência que visa os aspectos culturalistas: idéias, crenças, costumes, estilos de vida, etc., deixando para um segundo plano o sujeito concreto que está por detrás dos mesmos. Ora a educação para a tolerância não se esgota no respeito às diferenças, senão que deve conduzir, sobretudo, à aceitação e reconhecimento do outro, da pessoa diferente. Para nós, não são as diferenças em termos de idéias, crenças, cultura ou modos de vida aquilo que constitui, prioritariamente, o objeto de educação para a tolerância, mas a pessoa concreta que é portadora dessas diferenças e exige ser reconhecida através delas. Entender a questão deste modo, supõe fazer recair na aceitação e reconhecimento do outro diferente toda a ação educativa, e não tanto o conhecimento e compreensão das diferenças. Exige entender a educação para a tolerância, não a partir de uma compreensão intelectual das diferenças, mas como um fazer-se passar pelo outro diferente.

Por outro lado, torna-se necessário que os agentes educativos manifestem em seu comportamento atitudes de tolerância; que ofereçam experiências sobre o valor da tolerância e não simplesmente a verbalizem. Tradicionalmente, na educação tem-se recorrido à eficácia do “exemplo” sempre que se trata da aprendizagem de condutas. A proposta de um comportamento tolerante, justo e solidário, se apenas permanece ao nível do discurso, na abstração de uma idéia, resulta ineficaz para mobilizar o educando para a sua realização. Necessita da referência concreta à experiência do valor, sobretudo daquelas pessoas mais significativas de seu meio mais próximo.

Em nenhum caso, a tolerância é um exercício teórico; ela não pode ensinar-se, tem que necessariamente exercer-se e deste modo fazer-se existir. Educar para a tolerância só é possível a partir da tolerância.

Mas a aprendizagem da tolerância remete para algumas aprendizagens prévias. Respeitar o modo de pensar e viver dos outros pressupõe aceitar que podem existir outros modos de viver e entender a vida distintos dos meus, que a verdade pode ser compartilhada; além disso, reconhecer o outro diferente, apesar e para além de suas idéias e crenças, supõe não só competência na comunicação e escuta, mas sobretudo, capacidade para reconhecer o outro. Isso implica, portanto, a aprendizagem de habilidades sociais de comunicação e empatia que facilitem a abertura, a escuta e colocar-se no lugar do outro.

Não é preciso afirmar que as metodologias utilizadas na escola não podem ficar indiferentes à aprendizagem de tais habilidades. As estruturas relacionais da aula baseadas na relação professor-aluno, centradas no trabalho individual, não favorecem

em nada o diálogo e a comunicação entre os próprios alunos, nem a expressão ou manifestação das diferenças de todo o tipo presentes nos alunos e na sociedade.

Para nós, educar na e para a tolerância é, antes de tudo, uma questão moral. A presença do outro, o diferente, em suas idéias, crenças, modos de vida, em suma, em sua cultura, faz-nos reconhecer pelo menos, a existência de outros modos legítimos e distintos de viver a vida. Permite-nos, antes de mais, contrastar a própria cultura com as realizações das culturas alheias. E impõe-nos o dever moral do reconhecimento e respeito. Mas reconhecer e respeitar o outro constitui uma pura abstração se este reconhecimento não se traduz na aceitação do indivíduo concreto que, ainda que pertencendo a uma tradição cultural, etnia, religião, etc., distinta da nossa, é “um dos nossos”. Sua simples presença exige de mim uma resposta, não só de compreensão “intelectual”, do entendimento de suas tradições e costumes, mas também de reconhecimento de sua pessoa numa situação concreta, aqui e agora, com sua história, com seu passado. A educação para a tolerância, traduz-se, necessariamente, por uma educação moral, do reconhecimento do outro na totalidade de sua existência. Seria perigoso situar a educação para a tolerância unicamente no âmbito cognitivo, ignorando o indivíduo concreto que sustenta essas crenças, tradições, cultura e modos de vida legítimos, através dos quais chegou a ser o que é como indivíduo e como membro de uma coletividade.

Para uma atitude realmente tolerante, precisamos antes de tudo explorar, alterar e reconfigurar aquela parte do planeta que melhor e pior conhecemos: nós mesmos. Se realmente queremos criar uma sociedade diferente, baseada em princípios de humanitarismo, igualdade e amor, é preciso desenvolver essas qualidades. Se realmente queremos criar uma sociedade diferente, baseada em princípios de humanitarismo, igualdade e amor, é preciso desenvolver essas qualidades primeiro em cada um de nós.

A possibilidade de exercermos a nossa “humanidade” é uma das mais ricas oportunidades que têm sido colocadas para o mundo nessa mudança de século pelas novas visões da realidade. Muitas pessoas encaram essa ênfase na transformação pessoal como narcisismo, absorção em si mesmo, alienação, ilusão. Mas como pregar uma tolerância de que não partilhamos? Como estimular a paz, se não a temos dentro de nós? Como iluminar as trevas, se não dispomos de luz?

O exercício da tolerância, pregado em congressos, seminários e encontros, só se transforma numa prática cheia de significado se cada um de nós estiver disposto a empreender a sua própria jornada de transformação pessoal. Apropriadamente, o provérbio oriental diz que “antes de sair para consertar o mundo, dê três voltas dentro de sua própria casa”. Na verdade, a mais importante coisa que podemos transformar no mundo é a nós mesmos, e essa mudança individual é fundamental para a humanidade.

A prática da tolerância deve começar em cada um de nós, com um exercício de coragem ao encarar as nossas limitações e assumir por elas a responsabilidade, sem nos culparmos. Sendo tolerantes com os nossos próprios defeitos, e animados pelo sincero propósito de nos modificarmos, começamos lentamente a compreender que os outros também merecem essa tolerância e essa compreensão que dedicamos a nós mesmos e que, por isso mesmo, sabemos ser suave e curativa como um bálsamo. E somente assim, depois de mobilizarmos a paz dentro de nós, podemos dedicar-nos a compartilhá-la com os outros.

Estamos conscientes que a tolerância só é possível no contexto de uma sociedade democrática. E a escola não vive (nem pode viver) à margem da realidade social. Portanto, a construção de um clima de tolerância na aula está condicionado pelos

níveis de tolerância no quadro da sociedade. Mas também é verdade que a escola pode contribuir, a partir de suas propostas e estilo democrático de convivência, gerar e tornar possível a cultura do diálogo e do consenso, como forma de resolver os conflitos, promovendo, como elementos positivos, o respeito pelas diferenças de pensamento e pela diversidade de culturas. É verdade que a escola constitui um “pequeno mundo”, ou quem sabe, uma realidade artificial na vida das crianças e adolescentes; que a aprendizagem de atitudes e valores pode ser efêmera se não encontra o apoio ou referência no quadro familiar e social, o que nos obriga a ser prudentes nas nossas expectativas.

De qualquer modo, a proposta da tolerância, como valor, pode ser um elemento importante para a crítica de comportamentos xenófobos e discriminatórios e possibilitar, mais tarde, a apropriação do valor da tolerância.”

(continua...)

(*) LOPES, José de Sousa Miguel - UNILESTE-MG

GT: Educação Fundamental / n. 13

Agência Financiadora: Não contou com financiamento.

(Fonte: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt13/t135.pdf>, acesso em 12.04.09)

2 – O Limite e a Tolerância

*(AUTORES: Rogério Lacaz-Ruiz; Anne Pierre de Oliveira; Viviane Scholtz; Nelson Haruo Anzai)

"Os maldizentes, como os mentirosos, acabam por não merecer crédito, ainda mesmo dizendo verdades."

"A maledicência é uma ocupação e lenitivo para os descontentes."
(Marquês de Maricá)

Introdução

“Tudo que é "perfeito" tem limites impostos pelo seu próprio ser ou estado de "perfeição": um ser que manifeste as suas qualidades não o pode fazer sempre em todos os aspectos. O imperfeito, além de não manifestar sua potencialidade, quando o faz, pode fazê-lo de modo a não preencher as características do seu ser.

O homem é um ser social e possui uma individualidade. Não é perfeito e portanto, sob diversos aspectos, limitado. Precisa viver consigo mesmo e com os outros, porém, as leis pessoais não são as mesmas que as sociais. Pelo valor que é a individualidade, alguns homens são melhores em certos aspectos; outros, em outros, e assim a sociedade se completa e a vida social é possível. Mas a moeda tem outra face e o fato das pessoas diferirem em tantos aspectos pode gerar atritos de valores. Os limites das pessoas também são diferentes. Neste ponto começa o limite entre o pessoal e o social. Existem situações que podem ser ignoradas, passíveis de serem aceitas, em prol da sociedade, do bem comum. Mas o limite não é fixo, pode variar muito: toleramos algo numa manhã, mas se o mesmo assunto for apresentado à noite..., passa dos limites. Queríamos que este limite fosse mais elástico, e de certo modo o é. O limite da tolerância tem por um lado a manutenção da individualidade e por outro a inclusão do individual no social. Se isto não ocorrer, alguns perdem sua individualidade e outros são excluídos e preferem se isolar do convívio social.

Neste conviver, o homem percebe que seus sonhos nem sempre são realidades quando se analisa na perspectiva do tempo. A certeza da morte o incomoda, seja pelo desejo de realizar-se, de deixar uma contribuição para a sociedade, ou pelo nihilismo teórico-prático em que muitos podem mergulhar.

Nossa liberdade é o preço da nossa existência, segundo Rodríguez-Rosado (1976). Existimos como seres humanos livres. Se não tivéssemos liberdade, nossa existência com certeza não seria da mesma forma. Seríamos outros seres, incapazes de optar, pois nosso protocolo seria rígido. Ao optar, por exemplo, entre ficar em casa estudando ou sair com os amigos para descansar, em qualquer um dos casos, mostraremos que somos livres - e responsáveis -, mas pagaremos o preço da nossa livre decisão. Cada ser humano pode optar, e ao escolher exclui algo. E todas as nossas ações podem ser vistas por terceiros, que nos rotulam em função das nossas ações. Existimos e somos, mas nem sempre gostamos de ser rotulados pelos nossos defeitos, modos etc. Algumas pessoas possuem defeitos mais evidentes, que se manifestam no convívio social. A semelhança de uma verruga negra e grande na ponta do nariz; caso estivesse escondida em outra parte do corpo, chamaria menos a atenção. Assim são nossos defeitos. Muitas vezes eles são evidentes, outras não.

A mente humana por vezes tende a caricaturizar em função dos traços ou atitudes negativas daqueles que nos cercam. Melhor seria ver os aspectos positivos dos outros: é mais fácil ensinar algo do que fazer alguém esquecer alguma coisa. Assim, poderíamos afirmar que a primeira impressão é a mais forte. Mas as pessoas mudam, por conta própria ou com a ajuda de terceiros. E no processo de mudança se percebe, por um lado, um limite pessoal; por outro, uma tolerância social. No final de cada interrelação, ambas as partes são capazes de exibir um estado superior ao anterior. É sobre estes pontos que iremos tecer algumas considerações.

A tolerância

A palavra tolerância provem do latim *tolerantia*, que por sua vez procede de *tolero*, e significa suportar um peso ou a constância em suportar algo. Teve no passado, e com sentido negativo, a função de designar as atitudes permissivas por parte das autoridades diante de atitudes sociais impróprias ou erradas. Hoje em dia, pode ser considerada uma virtude e se apresenta como algo positivo. Esta é uma atitude social ou individual que nos leva não somente a reconhecer nos demais o direito a ter opiniões diferentes, mas também de as difundir e manifestar pública ou privadamente⁽¹⁾.

Tomás de Aquino diz que a tolerância é o mesmo que a paciência⁽²⁾. E a paciência é justamente o bom humor ou o amor que nos faz suportar as coisas ruins ou desagradáveis. Ao tratar do tema da justiça, o Aquinate também nos indica que "a paciência - ou tolerância - é perfeita nas suas obras, no que respeita ao sofrimento dos males, em relação aos quais ela não só exclui a justa vingança, que a justiça também exclui; nem só o ódio, como a caridade; nem só a ira, como a mansidão, mas também a tristeza desordenada, raiz de todos os males que acabamos de enumerar. E por isso, é mais perfeita e maior, porque, na matéria em questão, extirpa a raiz. Mas não é, absolutamente falando, mais perfeita que as outras virtudes, porque a fortaleza não suporta os sofrimentos sem se perturbar, o que também o faz a paciência, mas também os afronta, quando necessário. Por isso, quem é forte é paciente, mas não, vice-versa. Pois a paciência é parte da fortaleza."⁽³⁾

A diferença de abordagem, seja ela histórica ou dentro dos diferentes campos das ciências particulares, nos permite observar que dentro das humanidades, a tolerância diz respeito ao ser humano ou a sociedade, enquanto que nas ciências exatas, está baseada em leis físico-químicas e biológicas. Alguns exemplos ilustram o uso da palavra (in)tolerância ao longo dos séculos.

No final do séc. XVI, muito se falou de tolerância religiosa, eclesiástica ou teológica. Hoje em dia também se tolera - pacientemente - em pontos que não são

essenciais de uma determinada doutrina mesmo que seja em detrimento da mesma, mas para uma melhor convivência social⁽⁴⁾.

No passado (desde meados do séc. XIX), *maison de tolérance*⁽⁵⁾ era a casa ou zona de prostituição: muitos toleram esses locais, procurando evitar, assim, a disseminação desses costumes em toda sociedade.

Na medicina, a palavra "tolerância" é utilizada para significar a aptidão do organismo para suportar a ação de um medicamento, um agente químico ou físico. Desta forma, as diferentes espécies toleram de diferentes modos os microrganismos: alguns adoecem e morrem, a outros nada ocorre. Os níveis de tolerância à radiação têm tal limite... Tecnicamente, a tolerância é o limite do desvio admitido dentro das características exatas de um objeto fabricado ou de um produto e as características previstas. Não são todos que suportam os medicamentos, e algo que está fora das normas algumas vezes pode ser tolerado. E assim pode se falar também de suportar fisicamente ou mentalmente algo pesado; em tolerar erros gramaticais; assim, podemos descer um degrau, recebendo o conhecimento neste nível, o qual é mais tolerável; algo pode ser tolerável, inclusive indiferente, aceitável: "o almoço foi bastante tolerável". Até mesmo dentro da ecologia Odum (1953) no seu livro *Fundamentos de Ecologia* coloca exemplos de limites de tolerância dentro da natureza⁽⁶⁾.

Dentro das leis físicas, o universo tende a se desorganizar. Por outro lado, tudo que está vivo, tende a se organizar. Mas o homem, sendo livre, pode "ajudar" a desorganizar o mundo. Como num processo de tentativa e erro, as pessoas buscam soluções para viver consigo mesmo e com as demais. Às vezes parece que temos na mão um saco cheio de bolas, que tentamos arremessar e colocá-las dentro de um buraco distante. De modo simplista, dizemos que podemos acertar ou não, mas na prática, as coisas não ocorrem bem assim. O acerto aparece como uma vitória. Foram centenas de arremessos, e um acerto! Tolerar é aceitar os limites, é na realidade ser paciente. A paciência é justamente aceitar o desagradável, com bom humor.”

(continua...)

“Compreender, querer, perdoar. Esta tríade resume bem o relacionamento humano ideal. Da cultura popular somos capazes de lembrar: "Deus perdoa sempre, os homens de vez em quando, a natureza nunca" ou "Errar é humano, perdoar é divino". O perdão absoluto é divino. Nós podemos ter o ideal de perdoar, mas nem sempre conseguimos, como na terrível fórmula: "Perdoar, eu perdô; mas esquecer, não esqueço...".

O erro das pessoas leva às vezes a conseqüências sérias para um perdão imediato. A reação pessoal ou social contra aquele que errou, pode ser irasciva, vingativa, punitiva. Mas o que se quer mesmo, é que aquele que errou, e com isto de certa forma agrediu, reconheça e mude. Talvez precise sofrer as conseqüências do seu ato para merecer o perdão. Não reconhecer o próprio erro ou de certa forma encobri-lo já consiste em parte da pena, por não se adequar com a verdade. Perdoar antes porém, abre uma porta honrosa para o agressor, que não precisa gastar tempo se justificando. Aqui vale mais uma definição do ser humano: aquele que é capaz de se desculpar e justificar em todos os seus atos, mas que ficaria envergonhado de manifestar esta desculpa ou justificativa em voz alta para outros. Sim, as desculpas que damos a nós mesmos para fazer coisas erradas, não convencem...

O castigo piora o ruim e melhora o bom, e como o bom deve ser melhorado, não se deve evitar o castigo. Mas, o ruim? Não merece o castigo, ou além do castigo precisa de algo para melhorar? Talvez precise também da compreensão... As pessoas aprendem também pelos erros, próprios ou alheios, históricos ou do presente. Quanto maior o erro, piores as consequências, e menores as chances de errar de novo. A evidência do erro para a sociedade mexe com os brios daquele que errou. A compreensão não pode ser confundida com a cumplicidade no erro; a cumplicidade está associada ao desejo de ser solidário com a pessoa que errou e disposição de ajuda para reverter esta situação. Esta aventura de compreender implica num compromisso. O amigo, é aquela pessoa que apesar de conhecermos perfeitamente como é, continua sendo amigo ou: "O amigo é o amigo do amigo".

O perdão, pode ser imediato ou não, com consequências ou sem elas. Ora, o tempo é apenas uma convenção, mas nem por isto deixa de existir... As pessoas, como o bom vinho, melhoram com o tempo ou, para continuar remetendo a provérbios: "O tempo é o melhor remédio". As pessoas, como já dissemos, buscam sempre uma justificativa para os seus atos, e também para perdoar. Em todos estes casos, é difícil ter a medida, pois a pena deve ser proporcional a ofensa, e o ofendido mostra que é grande, perdendo. As leis positivas neste sentido são como que a segurança da sociedade, na tentativa de se estabelecer uma medida; um verdadeiro protocolo social a ser atingido."

(continua...)

Essencial, importante e acidental

“Uma classificação das realidades pode incluir estas três divisões: essencial, importante e acidental. Talvez exista desacordo no que incluir em cada item. Pensar antes de discutir se aquilo é essencial ou importante ou acidental, em muito reduziria as discussões. Usar a inteligência para identificar exatamente onde se pretende chegar, também é uma forma de diminuir os problemas. Seja na via direta, não "criando" problemas, seja indiretamente, pela compreensão das realidades limitadas.

"Humildade não faz mal" - esta máxima popular, ajuda a retratar mais uma vez a dificuldade que temos de enxergar o mundo real. Por um lado, temos esta deficiência, e por outro temos a teimosia de justificar os atos errados. Se o diálogo amigo nos faz ver o erro, nada melhor que reconhecer. A humildade é a verdade... e a humildade não faz mal!

Ignorância e preconceito

As pessoas muitas vezes não atuam de modo errado por má fé, e sim por ignorância. Com certeza fariam de modo distinto, se soubessem como fazer. Esta tarefa não tem fim, e questionar-se sobre o empenho pessoal de diminuir o nível de ignorância, nos faria no mínimo reconhecedores da dívida social que carregamos. Aprendemos tanto, e por este motivo somos capazes de questionar as deficiências. Não são os professores e pais os únicos interessados. Ninguém dá o que não tem, e por isto sempre temos algo que dar a outrem, e assim diminuir a ignorância.

Outro ponto é o preconceito... O preconceito gera um prejuízo (e também um prejuízo). Uma idéia pré-concebida cria uma barreira para compreender a realidade. “Uma pessoa que não queira ouvir, ver ou escutar, tem muitas vezes o preconceito de não aceitar que os outros possam pensar de modo diferente.

Considerações finais

A incapacidade pessoal provada, leva a ressaltar os possíveis limites alheios em vez de reconhecer os próprios.

No convívio social, a tolerância com os demais, clama por uma interação. Ou se ajuda, ou se atrapalha. A indiferença explica mas não resolve.

Mas a quem ajudar? E como ajudar? Castiga o bom e ele melhorará, castiga o ruim e ele piorará. Ou É melhor ensinar a pescar que dar o peixe. Como resolver situações pontuais, sem levar em conta o princípio da subsidiariedade? Se ajuda quem precisa, até que ela tenha condições de independência para aquele tipo de ajuda. Assim se respeita a autonomia, se exerce a autoridade, se compreende o verdadeiro valor da humildade.

As crianças mimadas representam um problema para a sociedade. As pessoas precisam de afetividade, mas mimar é dar mais do que elas realmente precisam. Com certeza, a tolerância e sua medida requerem um salutar e apaixonante exercício de análise e síntese. Esta é a postura de quem quer simplificar as coisas para ter o tempo livre, ou o ócio tão necessário em nossos dias.

Tolerância zero, é um tipo de lei social, que não permite o erro sem punição. Isto é levar em conta, que as pessoas são boas... Castiga o bom e ele irá melhorar... Mas o homem não é bom por natureza. Ele pode se fazer bom, se tem disposição de ser, pois o homem é um ser axiotrópico.

Não ter tolerância com qualquer tipo de erro, de certa forma ajuda a resgatar o que é próprio da personalidade humana: participação, unicidade, autonomia, protagonismo, liberdade, responsabilidade, consciência, silêncio, provisoriedade e religião. Höffner (1983). Cada uma das características do ser humano poderiam ser exploradas neste estudo, mas o protagonismo talvez seja o que mais atenção mereça. Somos sujeitos do nosso pensar, agir e omitir. Nossos atos assumem um caráter irrevogável do nosso eu. Podemos arrepender-nos, mas não nos desfazer nossos atos⁽¹⁰⁾. E numa sociedade onde tudo é socialmente aceito, tudo acaba sendo tolerado. As pessoas perdem a noção do que é certo ou errado. A inteligência deixa de discernir, e a vontade fica fraca para agir. As pessoas prezam o que lhes é caro, e o dinheiro é caro a todos. Assim multar é uma forma de obrigar as pessoas a refletirem sobre si mesmas e a sociedade. Isto não é um direito, é uma tolerância⁽¹¹⁾.

Quem não vive como pensa, acaba pensando como vive. Aprender a observar a realidade do ser pessoal e do ser social é a melhor forma de compreender o limite que existe nas coisas e nas pessoas. Caso contrário, gastar-se-ia tempo moendo água, encontrando defeitos onde existem apenas características. Com certeza assim, seremos mais tolerantes com os outros e conosco próprios.

Para finalizar, vale a pena recordar os ensinamentos de Sócrates, recolhidos por Reale & Antiseri (1990) "A felicidade não pode vir das coisas exteriores, do corpo, mas somente da alma, porque esta e só esta é a sua essência. E a alma é feliz quando é ordenada, ou seja, virtuosa. Diz Sócrates: Para mim quem é virtuoso, seja homem ou mulher, é feliz, ao passo que o injusto e malvado é infeliz. Assim como a doença e a dor física são desordens do corpo, a saúde da alma é a ordem da alma - e esta ordem espiritual ou harmônica interior é a felicidade"(p. 92)."

(*) Autores:

Rogério Lacaz-Ruiz - Prof. Dr FZEA/USP roglruiz@usp.br;

Anne Pierre de Oliveira - Acadêmica da FMVZ/USP pierrot7@hotmail.com;

Viviane Scholtz - Acadêmica da FMVZ/USP - vivisi@mailcity.com;

Nelson Haruo Anzai - Pós-Graduando da FMVZ/USP nhanzai@mailexcite.com.

(Fonte: http://www.hottopos.com/videtur5/o_limite_e_a_tolerancia.htm, acesso em 11.04.09)

3 - As faces da Intolerância Humana - Discriminação, Egoísmo, Preconceito e Xenofobia

Bruno Soares de Souza*

“A Constituição da República, em 1988, consagrou a dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais, assegurando desde o seu preâmbulo "o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos".

Mesmo em nosso país, onde as pessoas parecem ser tolerantes, por que é o preconceito hoje assunto tão sensível e motivo de tanta discórdia? O que leva uma pessoa a ser tão egoísta a ponto de pensar que a cor da sua pele, a sua origem ou raça, são superiores às demais?”

(continua...)

“Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, a intolerância, ou aversão a pessoas e coisas estrangeiras significa "xenofobia". A xenofobia, entretanto, ocorre com muita frequência em locais onde a presença de estrangeiros é pequena, o que leva a crer que tal aversão está mais associada a um preconceito da própria pessoa do que por convivência com o estrangeiro. Aquele que desenvolve a xenofobia pode admitir que uma outra raça represente uma ameaça à cultura e ao emprego de seu país. Por isso, grupos de diferentes nacionalidades são constantemente insultados e humilhados, sem contar as outras formas já definidas de preconceito como, por exemplo, quando são impedidas de entrar em estabelecimentos comerciais (mesmo estabelecimentos irregulares), bares e restaurantes, inclusive de serem servidas ou atendidas (arts. 5º e 8º da Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989). Infelizmente, poucas vítimas desses atos sutis de preconceito racial e de cor procuram o Judiciário em busca de justiça.

A intolerância a diferentes nacionalidades pode começar com uma desaprovação do comportamento ou da maneira de fazer as coisas de outra pessoa. A mentalidade estreita, obnubilada pela xenofobia e pelo preconceito bloqueia a mente da pessoa a novas idéias, culturas e povos, fortalecendo, desta forma, o egoísmo para com suas idéias, seu povo, país e religião. E pior, pode ter suas origens definidas desde a infância, pelo exemplo dos pais.

Uma vez que a xenofobia e o preconceito são alimentados no modo de pensar de uma pessoa, quase sem perceber, ela passa a repelir quase que todo e qualquer grupo étnico. "Pedi-se certa vez que alguns universitários expressassem seus sentimentos sobre 32 nações e raças reais, além de três grupos fictícios ("danielenses", "pirineenses" e "wallonianos"). Estranho como pareça, os estudantes preconceituosos contra os grupos étnicos reais achavam igualmente repulsivos os "danielenses", "pirineenses" e "wallonianos"².

É verdade que hoje, principalmente, as pessoas são, por natureza, um pouco egoístas com relação ao seu país, sua cultura, língua, povo etc. Não podemos generalizar, é verdade, mas, certas atitudes tornam-se tão degradantes que sequer podem ser consideradas como aceitáveis ou inerentes à natureza humana de qualquer indivíduo. E o egoísmo, sem o devido controle, associado ao racismo, pode acabar se transformando em ódio. Sentimentos e práticas egoístas que atentam para a dignidade do ser humano de raça, cor ou origem diferente, instigados pela ignorância e pelo preconceito, desencadeiam a revolta e causam enormes sofrimentos. Algumas vítimas convivem com o preconceito em silêncio, outras revidam as agressões com mais preconceito ainda, fomentando a violência.”

(continua...)

“Ter preconceito ou prejudicar alguém é atribuir-lhe idéias ou motivações sem lhe conceder o direito de um julgamento justo, tampouco a oportunidade de esclarecimento ou diálogo. Alguém inteiramente estranho, ou que não compartilhe suas idéias, ou ainda, pelo simples motivo de pertencer a outro grupo, ser de cor ou religião diferente, é visto como alguém "perigoso" ou "suspeito", sem motivo algum, a não ser a idéia preconcebida, por vezes distorcida. A pessoa que alimenta um preconceito pode defender suas idéias até as últimas conseqüências, mesmo quando todas as evidências comprovam que ela está errada. Tenta enquadrar o "estranho" a um perfil, ao passo que resiste à evidência que a contradiz.

Racismo é "a teoria que estabelece que certos povos ou nações são dotados de qualidades psíquicas e biológicas que os tornam superiores a outros seres humanos".⁶ Raça é o "conjunto de indivíduos, cujos caracteres somáticos, tais como a cor da pele, conformação do crânio e do rosto, o tipo de cabelo e outros traços, são semelhantes e se transferem, por hereditariedade, conquanto variem de pessoa para pessoa. Também apresenta outros significados, entre os quais, o conjunto de indivíduos com origem étnica, lingüística ou social comum".⁷ Etnia, na definição de Aurélio, é um grupo biológico e culturalmente homogêneo.

A forma mais comum de discriminação racial está associada a piadas e insinuações desferidas a alguém por causa da sua cor da pele. A pessoa que a pratica, às vezes pode até ter amigos de outras raças, mas revela, de forma muito sutil, sentimentos persistentes de superioridade, nutrindo o pensamento de que, por serem de determinada cor, são incapazes de executar tal tarefa de maneira eficaz. Ou pode ocorrer que talvez teste a paciência de seus amigos por insinuações e comentários de mau gosto, de conotações raciais. Pode ocorrer ainda que, em vez de tratá-lo de forma bondosa, acaba por assumir um ar de condescendência, agindo como se, por permitir que eles sejam seu amigo, estivesse fazendo-lhes um enorme favor.

Embora a discriminação racial não necessariamente induza as pessoas à violência, esta pode causar ressentimento e promover a violência por induzir a vítima a revidar uma injusta agressão. Então, não é de se estranhar que entre as origens do preconceito racial, está o histórico sofrido pela vítima de injustiças. Lembranças da destruição de vidas e de propriedades, a angústia, o ódio e as indignidades e os sofrimentos pessoais são remoídos indelevelmente na memória, contribuindo para alimentar o rancor.

Exigir de certa pessoa uma meta elevada no trabalho, imputando-lhe incumbências extras, quase que inatingíveis, ou ser escolhida a desempenhar tarefas desagradáveis, atribuindo tal tarefa a motivo racial ou proibindo que este a execute, também pode ser considerado como uma forma de discriminação racial. Citando as

escrituras, Salomão escreveu em Eclesiastes 7:7: "Pois a mera opressão pode fazer o sábio agir como doido." A vítima, às vezes, pode se sentir tão ressentida que passa a desenvolver um tipo de prevenção que, às vezes, se manifesta numa reação exagerada, vendo o preconceito até onde ele realmente não existe."

(Continua...)

"No Brasil, o preconceito de raça, cor, etnia e religião constituem crime. "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza", diz o art. 5º da nossa Constituição. Ainda mais, tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana e objetivos fundamentais, dentre eles, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Em termos infraconstitucionais, a Lei Federal n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Esta lei é a principal arma do cidadão na luta pela punição dos crimes decorrentes do racismo, preconceito e discriminação em nosso país. Como exemplo, o art. 4º assim diz: "Negar ou obstar emprego em empresa privada". Esta é a figura penal do crime, ou seja, basta a negativa ou o impedimento para que o crime ocorra. Obstar é opor-se, causar embaraço. Ambos os verbos são sinônimos. Se se tratar de obstrução ou impedimento de alguém não habilitado, forçosamente, não se há de configurar o crime. Evidentemente, este impedimento deve calcar-se em motivos de preconceito ou discriminação.

O art. 5º da mesma lei: "Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador", constitui crime. Permitir que a pessoa ingresse mas não a atender, servir, ou receber, baseado em preconceito ou discriminação, também é crime, porque de nada adiantará o dispositivo, se, embora permitido o acesso, o cliente ou comprador não for atendido, recebido ou servido. Se o cliente ou comprador adentrar o estabelecimento apenas para olhar, se não for atendido, também estará sendo vítima desse crime. Cometerá o crime o preposto, o dono ou o empregado do estabelecimento. A lei não o diz, mas será impossível entender diferentemente."

(Continua...)

"O atendente que disser a uma pessoa qualquer (independentemente da questão da cor da pele, uma vez que, como exposto, o preconceito está associado, também, a fatores étnicos ou religiosos): "Aqui não servimos gente como você", enquadra-se perfeitamente neste tipo de crime do art. 5º da referida lei. A vítima, por sua vez, se tentar forçosamente ser servida pode ser agredida fisicamente. Certamente não seria a melhor coisa a fazer, além do mais, a agressão só serviria para nutrir a animosidade contra o agressor e alimentar a idéia de que o "estranho" era realmente uma pessoa "perigosa".

Como proceder, então, em casos de discriminação racial? Procurar uma delegacia ou, através do Ministério Público ou em órgãos destinados à questão, munido de duas testemunhas (anote nomes, endereços, telefones). Tentar preservar todos os detalhes do caso irá facilitar os procedimentos legais. Se possível, entrar em contato com entidades ligadas ao Movimento Negro ou que defendam os Direitos Humanos, para obter o apoio e as orientações jurídicas necessárias. Importante frisar que a vítima, mesmo não sendo possível a presença das testemunhas, deve sempre procurar garantir os seus direitos.

Atitudes importantes também podem ser tomadas. A primeira delas é não se intimidar diante dos crimes de discriminação, por mais sutil que pareça a ofensa. Tal omissão só contribuiria para incentivar aqueles que apostam na impunidade. Não aceite piadas, apelidos ou atitudes que tentam demonstrar que o negro é um ser inferior. A vítima, nesse caso, deve se conscientizar que a luta contra a discriminação racial é de toda a sociedade e está presente em todas as partes do mundo, e não só da raça negra.

A tarefa de minimizar os efeitos da discriminação e do preconceito é mundial. O Brasil faz parte da Convenção Internacional para Eliminação de Toda Forma de Discriminação Racial, de 7 de Março de 1966, pela qual se compromete a tomar "medidas diretas e positivas para eliminar todo estímulo à discriminação racial e eliminar toda ação racialmente discriminadora" (obrigação assumida pelo artigo 4º da Convenção). Entre essas medidas, é especialmente importante o compromisso de "não permitir que autoridades estatais ou locais ou instituições públicas estimulem ou incitem à discriminação racial".

Encontramos ainda a Carta das Nações Unidas e o preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhecendo que "todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade", afirmando "a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano".

Embora uma pessoa de personalidade agressiva e uma severidade de caráter possa parecer ser mais vulnerável a desenvolver certo tipo de discriminação ou preconceito, não existe um tipo definido para se determinar que, no futuro, essa pessoa será preconceituosa. Às vezes, ela pode ser pouco tolerante; noutras, até demais. Não raro, aqueles de quem se espera um tratamento digno podem ser intolerantes, tecendo comentários desdenhosos aos estrangeiros ou insinuações de caráter racista. Sem dúvida, todos os humanos merecem um tratamento digno. Manter equilíbrio em todas as situações com certeza pode ser uma forma de se evitar correr esse risco.

O preconceito, a intolerância, o racismo e o egoísmo quase sempre podem ser vencidos e a melhor forma de combatê-los é evitar que se desenvolvam. Não será uma tarefa fácil. Tais idéias amiúde podem tornar-se tão arraigadas num indivíduo que seria difícil abandonar certas atitudes e pensamentos como seria despojar-se de um braço ou uma perna. A informação pode ser um instrumento valioso no combate a novas formas de racismo, preconceito e discriminação. Quando relacionamentos com outras culturas são valorizados, maior significado pode ser acrescentado ao indivíduo. Por outro lado, o conhecimento adquirido por meio desses relacionamentos com outras culturas o deixará mais capacitado para até mesmo ser admitido em um emprego melhor.”

(continua...)

É importante refletir sobre tudo que aqui foi abordado. Se as penas para esses crimes que tanto causam vergonha à sociedade devem ser aumentadas. Punições nem menos ou mais severas, mas alternativas, que enfoquem a cooperação entre diferentes povos, por outro lado, talvez "seriam soluções mais adequadas para a diminuição dos delitos (incluindo os crimes de preconceito de raça e de cor). Certamente isso não implicaria em mais felicidade para os homens, mas contribuiria para a mitigação dos males nos quais o mundo foi jogado, pela injustiça dos próprios homens".⁹

De fato, de nada adiantaria haver punições, reformular, criar novas leis se nós mesmos, ainda que em escala menor, mantivermos certo tipo de aversão no coração à determinada raça, etnia, cor ou religião. Da mesma forma, seria em vão qualquer proposta apresentada ao legislativo se as desigualdades sociais não forem diminuídas. A

idéia não deve ser a imposição de igualdade fictícia por intermédio de leis; isto seria semear a falsidade e a ilusão.

A solução para tais mazelas da sociedade dependerá definitivamente da educação e, conseqüentemente, de uma grande mudança de atitude. Métodos inovadores de ensino, que valorizem o respeito mútuo independentemente de quaisquer diferenças, que propiciem ao aluno uma visão nítida de um futuro promissor, com menos desigualdades, contribuirão para erradicar a idéia de superioridade de certas raças. A maioria de nós, entretanto, pouco pode fazer para desenvolver uma forma inovadora de ensino. Mas a nossa atitude, porém, podemos controlar. E a atitude correta para com a maneira que encaramos o outro será de grande ajuda para se viver numa sociedade que ainda nutre a idéia de constrangimento desumano por puro preconceito, fruto da mais absurda ignorância.”

Autor: Bruno Soares de Souza*

*Acadêmico do 5º período de Direitos das Faculdades Integradas do Oeste de Minas - FADOM - Divinópolis (MG)

(Fonte: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/15591/15155>, acesso em 12.04.09)

4 - O Estranhamento causado pela Deficiência: Preconceito e Experiência

(*) Luciene M. da Silva

Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação Educação e Contemporaneidade

RESUMO

“Discute as relações entre preconceito e deficiência. Tomo como referenciais fundamentais os estudos de T. Adorno e M. Horkheimer sobre preconceito, além das contribuições de autores como Lígia Amaral e José Leon Crochik. Para eles, o preconceito às pessoas com deficiência configura-se como um mecanismo de negação social, uma vez que suas diferenças são ressaltadas como uma falta, carência ou impossibilidade. A deficiência inscreve no próprio corpo do indivíduo seu caráter particular. O corpo deficiente é insuficiente para uma sociedade que demanda dele o uso intensivo que leva ao desgaste físico, resultado do trabalho subserviente; ou para uma construção de corporeidade que objetiva meramente o controle e a correção, em função de uma estética corporal hegemônica, com interesses econômicos. Nesse sentido, todos nós nos distanciamos cada vez mais da autonomia e da possibilidade de diferenciação, restando apenas à adaptação à situação existente, que se constitui em um esforço para aceitar a mentira necessária para a sobrevivência ou autopreservação.”

Palavras-chave: Diferença; preconceito; inclusão; deficiência; educação especial.

(*)Silva, Luciene M. da

Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação Educação e Contemporaneidade

Revista Brasileira de Educação

versionPrint ISSN 1413-2478

Rev. Bras. Educ. vol.11 no.33 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2006 doi: 10.1590/S1413-24782006000300004.

(Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782006000300004&script=sci_arttext&tlng=en, acesso em 12.04.09)